



**ACÓRDÃO Nº144/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11243/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Ordival Leite Rubim Filho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2134/2018-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Ordival Leite Rubim Filho**, responsável pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, exercício 2016, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei AM nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso II, todos da Resolução TCE nº 04/2002 em razão das seguintes impropriedades observadas:

- a) Declarações de bens de servidores comissionados não arquivadas no setor de pessoal, em desconformidade com o disposto no art. 13 da lei nº 8.429/92 e disposições da Lei Nº 8.730/93 c/c o art. 289, da resolução TCE nº 04/2002;
- b) Falta de publicidade mensal, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, da relação de todas as compras realizadas, conforme exigência do art. 16 da Lei nº 8.666/93;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº144/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- c) Ausência do cronograma físico-financeiro e de desembolso, como determina os incisos IV do art. 8º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 22, inciso II do Decreto n. 21.178/2000 - CONTRATO, CT 003/2016; e
- d) Ausência do ato de designação de servidor para atuar como fiscal, de forma a acompanhar a execução do contrato, como determina o art. 67 da lei n. 8666/93 - CONTRATO, CT 003/2016.

**10.2. Dar ciência ao Sr. Ordival Leite Rubim Filho** do presente Acórdão; e

**10.3. Arquivar** o presente processo, nos termos regimentais, após o cumprimento das medidas acima mencionadas.

**11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 27 de Fevereiro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral